

A identidade como "problema" de pesquisa

Identity as a "problem" of research

Aluíso Ferreira de Lima

Resumo

Este ensaio trata de discutir a pesquisa da identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. Para tanto, analisa inicialmente o desenvolvimento dos estudos e intervenções em Psicologia Social enquanto tecnologias para a produção de políticas de identidade, adaptação e eugenia no Brasil até seu questionamento durante os anos de 1960 e 1970. A seguir são assinaladas as condições que possibilitaram a crise da Psicologia Social, a especificidade da resposta Latino Americana para a crise e sua permanência na contemporaneidade. Essas questões servem de background para a discussão da proposta de Silvia Lane de construção de uma Psicologia Social Crítica brasileira e preparam o leitor para as proposições de Antonio da Costa Ciampa sobre a compreensão da identidade enquanto metamorfose e seus desdobramentos. Finalmente, é apresentada a proposta de pesquisa da identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica desenvolvida pelo autor do ensaio e seus colaboradores.

Palavras-chave

Psicologia Social; história da psicologia; identidade; metamorfose; pesquisa.

Abstract

This essay present a proposal of investigation of the identity in the perspective of Critical Social Psychology. Start show the development of the studies and interventions in Social Psychology occurred as technologies for the production of identity politics, adaptation and eugenics in Brazil until its questioning during the years 1960 and 1970. Therefore, it is analyzed the conditions that became possible the crisis in Social Psychology, the specificity of the Latin American response to the crisis and its permanence in the contemporary. These questions is a background for the discussion of the proposal of Silvia Lane about the construction of a Brazilian Critical Social Psychology and prepare the reader to the propositions of Antonio Ciampa about the comprehension of the identity as metamorphosis. Finally, is presented the proposal of the research of identity in the perspective of Critical Social Psychology developed by the author of the essay and his collaborators.

Keywords

Social psychology; history of psychology; identity; metamorphosis, research.

**Aluíso Ferreira de
Lima**

**Universidade Federal do
Ceará**

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Adjunto de Psicologia da Universidade Federal do Ceará e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Mestrado Profissional Universidade Federal do Ceará.

aluisiolima@hotmail.com

Considerações iniciais

Este ensaio pretende apresentar e discutir uma proposta de investigação da identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica, o que significa que deverá tratar inevitavelmente da intrínseca relação entre o Social e a Psicologia; uma relação que sempre provocou grandes discussões entre intelectuais, profissionais e estudantes do campo das ciências humanas. O principal motivo dessas discussões sempre ocorreu devido ao fato de que o objeto de pensamento e trabalho da Psicologia tem importantes funções sociais e políticas. Isso porque as diferentes formas e atividades de intervenção e pesquisa no campo da Psicologia se materializam no exercício e promoção de um “saber psicológico” sobre o social que geram formas de sensibilização, intervenção de saúde, educação, arte etc.

Não por acaso, atualmente, no ano de comemorações dos seus 50 anos de institucionalização como profissão, a Psicologia — e principalmente a Psicologia Social —, ocupa privilegiado espaço acadêmico e profissional e se caracteriza por incluir e desenvolver uma multiplicidade de referenciais teórico-metodológicos e dispositivos de intervenção. Sua condição singular que possibilita a produção de conhecimento multidisciplinar favorece sua inclusão em equipes compostas por diversos campos de atuação (Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Direito etc.) e intervenção, produzindo um emaranhado de saberes e fazeres que se renovam, re-configuram e re-interpretam constantemente o que se convencionou chamar de construção social da realidade.

Realidade bem diferente dos primórdios de seu desenvolvimento no Brasil, onde o trabalho com a Psicologia Social ficava restrito aos laboratórios experimentais e à pesquisa básica, reproduzindo teorias e metodologias. Primórdios caracterizados por sua ausência no campo das políticas públicas, servindo principalmente a fortalecer políticas assistencialistas, patologizantes, curativas e individualizantes, impostas por um Estado preconizador da modernização industrial e que se organizava a partir de uma economia que garantia o máximo dos “direitos mínimos” para a população.

O crescimento e a influência da Psicologia Social na contemporaneidade pode ser facilmente observado na quantidade de trabalhos apresentados nos principais eventos científicos do país no campo da Psicologia e Psicologia Social nos anos de 2010 e 2011. Por exemplo, o III Congresso Brasileiro Ciência e Profissão¹ realizado em 2010, contou com aproximadamente 7.000 participantes e teve como temática em seus principais simpósios a articulação entre Psicologia Social e Políticas Públicas; o VII Congresso Norte-Nordeste de Psicologia² realizado em 2011, contou com 700 trabalhos submetidos na temática Psicologia Social (quase 20% do total de trabalhos submetidos) e o XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO contou com aproximadamente 5.000 participantes³. Um cenário que esboça a imagem de uma Psicologia Social Crítica, tal como apareceu na proposta de Silvia Lane — transformadora das condições sociais desiguais e segregadoras, crítica das formas hegemônicas de dominação e promotora da emancipação —, que teria superado os problemas assinalados durante a crise da Psicologia das décadas de 60 e 70 do século passado.

Todavia, contrariando a leitura otimista e de certo modo ingênua que levaria a supor que o crescimento e desenvolvimento do campo da Psicologia estaria diretamente ligado à sua condição de ciência capaz de resolver os problemas sociais, ao nos debruçarmos com cuidado sobre como muitas dessas práticas têm se concretizado na contemporaneidade nos diferentes campos de sua atuação, percebemos a persistência de uma

1

O tema dos Simpósios Magnos foram: “Novas Demandas Sociais para a Psicologia”; “Psicologia e Processos Sociais Institucionalizados” e “Psicologia e Políticas Públicas”.

2

De acordo com a informação publicada no site da ABRAPSO em 17/02/2011, “A comissão organizadora do 7º Congresso Norte Nordeste de Psicologia informou recentemente que foram submetidas cerca de 3.600 propostas de atividades. Segundo esta comissão, algumas áreas são bem mais demandadas que outras, como por exemplo, a área de Psicologia Social, que teve 700 trabalhos submetidos, ou seja, quase 20%”.

3

Número muito diferente frente ao I Encontro Brasileiro de Psicologia Social, organizado em 1979, na PUCSP, que na ocasião foi promovido pela ALAPSO e auxiliado pelo CNPq, contando com cerca de 100 participantes (Molón, 2001, p. 50).

prática reiterativa alheia a própria individualidade e a do Outro. Um prática onde o “ato do trabalho deixa de ser mediado por uma relação intersubjetiva, para ter como mediação uma relação tecnificada, na qual a presença do profissional pode ser qualificada por uma escuta surda, uma fala muda, um olhar cego e inexpressivo, e pelo isolamento do outro, do social e da história” (NADER, 1990, p. 65-66).

A esse respeito os trabalhos desenvolvidos por Souza (2011), Lima (2010), Antunes (2010), Kyrillos Neto (2007), Parker (2007), podem ser apresentados como exemplos de pesquisas que deixam evidente como muitas vezes a produção teórica e intervenção da Psicologia Social contemporânea, articulada principalmente com as políticas públicas/sociais, têm estado muitas vezes alheias às metamorfoses individuais e coletivas. Essa condição, como bem assinala Souza (2012), expressa a manutenção de uma herança adaptacionista e irreflexiva que sempre esteve articulada com a tradição da ajuda e da caridade social do Estado, o que demonstra a persistência da barbárie, da insistência na adaptação das pessoas à existência em uma sociedade desprovida de regras de civilização.

Evidenciada a necessidade de apropriação crítica do “que fazer” e do posicionamento que se ocupa ao produzir conhecimento no campo da Psicologia, retomo o objetivo anunciado no início do ensaio. Todavia, antes de apresentar a proposta de investigação da identidade e do reconhecimento na perspectiva da Psicologia Social Crítica que tenho desenvolvido na Universidade Federal do Ceará (UFC), tratarei de discutir o lugar que essa proposta de investigação ocupa na produção de conhecimento contemporânea. Nesse sentido, desenvolverei um itinerário que pode parecer para alguns leitores — sobretudo para os estudiosos da história da Psicologia Social — um pouco repetitivo, mas que certamente será bem vindo tanto para os iniciantes no Campo da Psicologia Social como para pesquisadores experientes que por algum motivo ainda não tenham parado para pensar o lugar que ocupam ao produzir suas investigações, ministrar suas aulas e orientar seus alunos.

Os caminhos trilhados começarão pela discussão dos interesses nos estudos em Psicologia Social para a produção de políticas de identidade e tecnologias da adaptação e eugenia no Brasil até seu questionamento durante os anos de 1960 e 1970; seguirá pela discussão da crise da Psicologia Social e a especificidade Latino-Americana, discussão que levará até a apresentação da proposta de Silvia Lane sobre a construção de uma Psicologia Social Crítica. Os caminhos trilhados permitirão compreender a importância da proposta de Antonio da Costa Ciampa para a pesquisa da identidade enquanto metamorfose e, finalmente, possibilitará que apresente os desdobramentos dos estudos inaugurados por Ciampa e a proposta de pesquisa da identidade e do reconhecimento na perspectiva da Psicologia Social Crítica que venho desenvolvendo.

A Psicologia Social no Brasil: da herança adaptacionista à crise de relevância

A Psicologia, principalmente a Psicologia Social (ou os estudos da sociedade a partir da perspectiva psicológica), sempre ocupou um lugar entre os interesses de estudo no Brasil. Massimi (1990), ao estudar os escritos psicológicos produzidos até os anos de 1934, identificou produções dessa natureza entre os primeiros trabalhos realizados no período colonial. Inaugurada academicamente após a publicação de dois manuais brasileiros de Psicologia Social⁴: o primeiro manual da autoria de Raul Briquet⁵, publicado em 1935, como resultado de seu curso de Psicologia Social ministrado na ESP/SP em 1933; e o segundo manual da autoria de Arthur

4

Antes dessas publicações é importante assinalar que também apareceu em circulação o livro: *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, de Oliveira Vianna, publicado em 1923.

5

Raul Briquet – catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e professor de Psicologia Social da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ESP/SP).

Ramos, publicado em 1936, que por sua vez foi resultado de seu curso de Psicologia Social ministrado na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1935.

A Psicologia Social somente foi sendo estruturada como um campo de conhecimento independente no Brasil após a incorporação como disciplina obrigatória do curso de Filosofia da Universidade de São Paulo nesse período, décadas de 1930 a 50 e, posteriormente, com a publicação da Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo”, e do Decreto n.º 53.464, de 21 de janeiro de 1964, que Regulamenta a Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962, “que dispõe sobre a profissão de psicólogo”.

Como bem assinala Sass (2007), nas três primeiras décadas do século XX o mérito dos estudos realizados pela Psicologia Social, que lhe conferiram espaço de pesquisa e intervenção, estava no fato de esta ser entendida desde o princípio como uma ciência capaz de servir de recurso para explicar as condições sociais, econômicas e políticas de “um país ‘atrasado’, bem como a compreensão de que esta poderia ser mobilizada para contribuir com a superação desse atraso, de sorte a convertê-lo em um país industrioso, próspero, habitado por um povo culto, educado!” (SASS, 2007, p. 21). Elementos que nos mostram que não foi por mera obra do acaso que os principais estudos desenvolvidos pela Psicologia Social brasileira estavam voltados tanto para compreender o desenvolvimento das identidades individuais e coletivas, como para construir uma comunidade imaginada, no sentido que propõe Benedict Anderson (2008), capaz de expressar uma identidade nacional, e seguiu o mesmo projeto internacional desde sua implementação enquanto disciplina científica no século XX que estava alinhada ao paradigma positivista e experimental, dentro do qual contou apenas com poucas renovações internas.

Em geral os estudos de Psicologia Social desenvolvidos no Brasil focaram na distinção das condutas individuais daquelas manifestadas coletivamente, os chamados comportamentos de massa, como também nos “desvios” do desenvolvimento da identidade social, dos papéis, da personalidade etc., tendo como objetivo a adaptação de sujeitos e grupos. Sendo que a produção teórica assumiu principalmente a tarefa de descrever qual era a identidade pessoal e coletiva ideal para o povo brasileiro, indicando e receitando formas de administração das massas consideradas perigosas e criminosas⁶.

Fato que pode ser facilmente observado, por exemplo, nas traduções quase que simultâneas, em 1922, das obras de Gustave Le Bon (2005 [1895]) e Gabriel Tarde (2005 [1901]), que tiveram repercussão mundial, e principalmente nas obras de Nina Rodrigues (1901, 1988[1933], 2006[1890]) e Arthur Ramos (1937). Lembrando que este último autor não só produziu conhecimento em Psicologia Social a partir de gabinetes, como também ocupou cargos públicos e atuou politicamente a partir dessas concepções, ditando os parâmetros de comportamento normal e patológico (LIMA, 2010, p. 79).

Os trabalhos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos acerca do desenvolvimento da identidade e sua relação com a sociedade rapidamente se tornaram referências para o direito e para a medicina social, justificando e fortalecendo a implementação do eugenismo, do alienismo e do higienismo no Brasil (LIMA, 2010, p. 60). A preocupação com o desenvolvimento de uma identidade adaptada e ajustada à ordem social vigente fez com que Rodrigues (2006 [1890]) desenvolvesse leituras das expressões identitárias não convencionais, movimentos coletivos e problemas sociais que hoje são facilmente percebidas como preconceituosas e excludentes. Arthur Ramos, por sua vez, não mediu esforços para que as teorias da Psicologia Social fossem aplicadas politicamente como referência

6

Os discursos sobre a modelação e adaptação social dos sujeitos pelas vias da higiene e educação foram temas centrais entre os anos de 1920 e 1930, nos trabalhos de Leonídio Ribeiro, de Ulysses Pernambucano, de Helena Antipoff, de Julio Porto-Carreiro, de Artur Ramos entre outros.

na construção de instrumentos pedagógicos capazes de prevenir condutas que poderiam ir contra as normas sociais.

É certo que existiram algumas produções contra-hegemônicas nesse período, todavia, as mesmas apareceram de forma tímida e podem ser observadas em obras como a do norte-americano George Herbert Mead (1992 [1934]), dos brasileiros Francisco José de Oliveira Vianna (1923) e Plínio Salgado (1935), que se voltavam para a formação social do psiquismo e as implicações das intervenções políticas no desenvolvimento dos indivíduos. Uma produção tímida que somente produziu efeitos mais incisivos no campo da Psicologia Social — principalmente Latino-Americana e Europeia — a partir das transformações paradigmáticas advindas da crise que as ciências humanas sofreram em meados dos anos 1960 e durante os anos de 1970. Tais transformações culminaram na assunção de uma postura crítica frente ao positivismo científico, ao isolacionismo e ao atomismo metodológico das ciências e ficaram conhecidas como “crise da Psicologia Social”, cuja expressão mundial estava relacionada diretamente à crítica da crescente transformação do teórico em tecnólogo, que havia perdido a capacidade de envolver sua produção científica em um contexto globalizado.

Os efeitos e a permanência/persistência da crise da Psicologia Social na contemporaneidade

A “crise da Psicologia Social”, também conhecida como “crise de relevância”, para alguns teóricos foi um mal passageiro necessário para o reajuste da tradição experimental e norte-americana da Psicologia Social (RODRIGUES, 1989), para outros foi o momento de guinada na história da Psicologia Social devido à exigência e abertura para o questionamento sobre as características, o alcance, os limites e condições de possibilidade de sua existência (LANE, 1989).

De acordo com Tomás Ibáñez (1990) — que discutiu de forma interessante os antecedentes da crise, seu desenvolvimento e suas dimensões — os fatores que possibilitaram a crise da Psicologia Social, sua emergência e evolução foram internos e externos. Entre os fatores internos é destacada a crise dos princípios científicos aceitos e as metodologias que sustentavam a Psicologia Social, que buscava seu reconhecimento enquanto ciência, a nosso ver iniciada principalmente após a publicação de *As Estruturas das Revoluções Científicas*, em 1960, por Thomas S. Kuhn (2005). Este último defendia estarem as ciências humanas ainda em condição de proto-ciências. Além disso, também foram fortes as críticas ao caráter complexo e impreciso da Psicologia Social e a ênfase na pesquisa experimental que direcionava seus interesses para as questões metateóricas, epistemológicas e metodológicas. Como assinala Ibáñez (1990, p. 146-147), em geral,

O conhecimento produzido a partir da experimentação sobre os objetos sociais apresentava (...) uma série de características muito incômodas. Uma primeira característica consistia em que o saber produzido pela psicologia social parecia ter uma carência de propriedades acumulativas. (...) Uma segunda característica consistia em que as teorias psicossociológicas se apresentavam, em grande medida, como teorias incomensuráveis. (...) Por fim, uma terceira característica consistia em que as teorias psicossociais não reuniam as propriedades necessárias para serem refutáveis.

No que se refere aos fatores externos, as fraturas sociais que se produziram mundialmente nos anos de 1960 (os movimentos sociais, a ‘crise de valores’, as transformações na estrutura produtiva mundial, os

regimes ditatoriais etc.) reforçaram o debate sobre o papel das ciências sociais e criticaram os modelos dominantes de produção de conhecimento. Para um grupo de intelectuais, de diversas partes do mundo, os efeitos e a exigência de debate no campo da Psicologia Social durante esse período e alguns anos depois gerou um certo otimismo, expressado na esperança de encontrar uma nova forma de entender e praticar a Psicologia Social.

Autores como Henri Tajfel na Inglaterra, Serge Moscovici na França, cada um ao seu modo, aproveitaram os ensinamentos da “crise” e procuraram um lugar geral nas ciências sociais. Fato que não ocorreu, principalmente na Europa e Estados Unidos. Isso porque, de acordo com Lupicínio Iñiguez-Rueda (2003), depois do anúncio e mobilização inicial da crise os mesmos problemas voltaram a aparecer, principalmente na Psicologia Social europeia e norte-americana. Aliás, Iñiguez-Rueda (2003, p. 225) destaca que ainda hoje uma parte muito importante da Psicologia Social acadêmica, “ao menos na Europa e EE.UU., permanece nos mesmos pressupostos que originaram a ‘crise’. Esta parte de Psicologia Social pode se denominar ‘empiricista’”.

Esse autor afirma ainda que os efeitos discursivos da crise produziram nesses países um efeito coisificador e paralisante, sendo reduzida apenas ao seu caráter historiográfico.

Assim, pois, “a crise” deixou de ser um processo interno da Psicologia Social em paralelo com processos equivalentes em outras disciplinas das ciências sociais, para converter-se em um acontecimento pontual, datado, no qual se maneja de maneira problemática separada do momento presente e do mesmo processo social do qual fazia parte. Assim, o otimismo com que muitos/as assistiram a falta de reação das estruturas dominantes frente à efervescência crítica, tem se transformado em uma profunda decepção ao observar seu fechamento no nicho cronológico que corresponde a “história da disciplina” (IÑIGUEZ-RUEDA, 2003, p. 224).

Obviamente existiram algumas resistências a esse processo. Propostas que escaparam dessa cristalização e que mantém vivo o debate e a vitalidade do processo crítico. Entretanto, como bem assinala Iñiguez-Rueda (2003), esse posicionamento geralmente ocorreu e tem ocorrido a um preço alto na Europa e Estados Unidos: exclusão e deslegitimação desses pesquisadores. Na América Latina, por outro lado, os efeitos da “crise” parecem ter tomado caminhos e proporções distintas do contexto europeu, como foi apresentado por esse autor, pelo menos ao nosso ver.

Em alguns países, como Colômbia, Peru, Paraguai, Costa Rica, Bolívia e Guatemala, tal como observado no XXXIII Congresso Interamericano de Psicología, promovido pela Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, ocorrido em Medellín /Colômbia no ano de 2011, o efeito paralisante e coisificador assinalado por Iñiguez-Rueda se mostra evidente e assinala a persistência/permanência da crise (mistificada apenas como um momento histórico, já ultrapassado), a ponto de existir uma divisão específica entre Psicologia Social (aplicada, experimental) e Psicologia Social Crítica (histórica/filosófica). Por outro lado, em outros países, como Chile, Cuba, Argentina, Uruguai e Brasil⁷, embora exista uma grande produção voltada para a perspectiva pós-moderna e que em certos casos é extremamente niilista, percebe-se o esforço de diferentes pesquisadores e profissionais na manutenção da análise crítica e proposição de novas tecnologias de intervenção social, voltadas principalmente para a superação das desigualdades, injustiça social e promoção da emancipação social.

As diferenças no modo como a Psicologia Social se desenvolveu e tem se desenvolvido na América Latina após os efeitos da “crise” (que, como assinalado acima, parecem ainda persistir) frente ao restante da Europa e

7

O Brasil tem sido referência para os demais países da América Latina no campo da Psicologia Social, sobretudo no que denominam Psicologia Social Crítica (teórica), tendo a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO como instituição emblemática de organização dos psicólogos sociais. Essa constatação pode ser reforçada pela experiência em outro evento: I Encontro Brasil-Colômbia de Pesquisadores em Psicologia, ocorrido em Medellín no dia 25 de junho de 2011, promovido pela ANPEPP e ASCOFAPSI, onde foi possível identificar uma grande discrepância entre a produção de conhecimento nesse campo em nosso país frente aos demais países da América Latina, que ainda estão fortemente marcados pelo paradigma cientificista Norte Americano.

América do Norte se deu principalmente pelas condições histórico-sociais vividas principalmente entre os anos de 1970 e 1980. Condições que no Brasil possibilitaram a emergência de vários movimentos sociais que seguiram na esteira das lutas pela redemocratização do país.

Como lembra Ari do Bem (2006, p. 1151), esse foi um período em que

[...] surgiram novos movimentos sociais, como o Movimento Feminista, iniciado em 1975, que refletiam dinâmicas desencadeadas numa perspectiva internacional. O questionamento do modo universalista de organização da classe trabalhadora levou à realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, no ano de 1978, em São Bernardo do Campo, abrindo o caminho para uma revisão das estratégias de luta da classe trabalhadora em vários campos e forçando a incorporação de particularidades de gênero, “raça”, cultura etc. na formatação do ideário das lutas. Iniciaram-se as grandes greves de diversas categorias socioeconômicas, impulsionadas pelo movimento dos metalúrgicos no Grande ABC, em São Paulo. Em 1979 foi criado, em Santa Catarina, o Movimento dos Sem-Terra, renunciando a criação do Partido dos Trabalhadores, que ocorreu em 1980. É também do mesmo período a criação do Movimento de Organização das Favelas, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, fato que forçou o diálogo do Poder Público com as representações de interesses constituídas, em substituição ao tratamento social-darwinista dado a esses moradores, considerados marginais e criminosos.

Nesse cenário muitos dos profissionais e teóricos que atuavam no campo da Psicologia Social eram militantes de diferentes movimentos sociais e estavam envolvidos nos debates e embates que desenhavam os rumos que nossos países tomariam desde então. Por conta disso, não obstante a instauração da crítica à Psicologia Social tradicional distanciada dos problemas político-sociais, somou-se a reivindicação da deselitização e criação de referenciais teórico-metodológicos que possibilitassem emancipação social. O discurso e prática desses profissionais militantes, levados para dentro das universidades, colocou ainda mais em xeque a utilidade dos referenciais utilizados até então, tornando imprescindível a (re)leitura das categorias que nos primórdios da implementação da Psicologia Social no Brasil foram utilizadas para administrar aquilo que era entendido como barbárie e a busca por novos referenciais teórico-metodológicos.

São exemplos de iniciativas inspiradoras para esse desenvolvimento crítico da Psicologia Social o movimento de educação popular libertadora de Paulo Freire no Brasil e o movimento da sociologia crítica iniciado por Orlando Fals-Borda na Colômbia. Paulo Freire ofereceu conceitos fundamentais que foram introduzidos na Psicologia Social Comunitária, iniciada em 1970 (MARITZA MONTERO, 2011; GÓIS, 2003; CAMPOS, 1996) e que são parte central da Psicologia Social da Libertação proposta por Ignacio Martín-Baró em meados da década de 80 (GUZO; LACERDA JR., 2009). Além disso, não poderíamos deixar de assinalar a importância do movimento antimanicomial desenvolvido na América Latina, principalmente no Brasil, no final dos anos de 1970 e início de 1980, quase ao mesmo tempo em que se fundavam esses movimentos na Bélgica e Itália. Esses eventos, por sua vez, foram responsáveis pela importação das análises de Franco Basaglia, Ronald Laing, Thomas S. Szasz, Michel Foucault e tantos outros autores aos nossos referenciais teóricos.

Pode-se dizer, nesse sentido, que a necessidade de articulação entre teoria e prática, assim como o compromisso social na produção de conhecimento, foram, nesse momento, efeitos da participação direta e concomitante de intelectuais nos movimentos sociais e na academia durante o período sombrio das Ditaduras que se desenvolveram durante os anos de 1960, 70 e 80 no Brasil e América Latina.

A Psicologia Social proposta por Silvia Lane e a abertura para uma nova forma de pesquisar a identidade e criticar as políticas de identidade

Uma figura de destaque na Psicologia Social brasileira durante a década de 70 foi Silvia T. M. Lane⁸. A grande dama da Psicologia Social teve um papel crucial para a articulação entre os Psicólogos Sociais Latino Americanos na proposição de uma Psicologia Social Crítica com vistas na emancipação social e na fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, em 1980. Atenta e aliada às preocupações de tantos outros pesquisadores, de construir uma proposta teórico-metodológica que não somente superasse o modelo positivista de psicologia ensinado no Brasil, mas que refletisse nossa realidade, incorporou autores neomarxistas russos e alemães como referenciais para os estudos e pesquisas em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, autores que, por sua vez, se tornaram uma alternativa para a produção crítica de conhecimento.

Bader Sawaia (2007) ao discorrer sobre a importância da produção científica e as ações político-acadêmicas de Silvia Lane para a Psicologia Social brasileira e Latino Americana escreve que esta última,

Conclui que o caminho para a superação da crise da Psicologia não era o do aprofundamento de uma das teorias dominantes da época, mas o da revolução epistemológica e ontológica, necessária para colocar os pés da ciência psicológica no chão histórico e superar das dicotomias e o conhecimento fragmentado do ser humano pela compartimentalização das teorias. Estas elegiam uma parte do psiquismo para o objeto de estudo como se o homem fosse reduzido exclusivamente a ela, à semelhança do homem do inconsciente da psicanálise, do comportamento do behaviorismo e da percepção da gestalt, da linguagem ou ainda a oposição entre sociologismo e psicologismo que marcou a gênese da psicologia social (SAWAIA, 2007, p. 82-83).

Ainda no que se refere à Silvia Lane cabe destacar que ela inaugura uma Psicologia Social Crítica que será conhecida na América Latina como Escola de São Paulo (BANCHS, 1997). Embora essa Psicologia Social, desenvolvida inicialmente no primeiro Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do país (Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, inaugurado em 1972), tenha tomado como foco principal os estudos presentes nos trabalhos de Luria e Leontiev (LANE, 1995, p. 55), agregou também produções dos principais autores internacionais que estavam preocupados nesse momento com a superação da “crise”.

Nesse sentido, os trabalhos de Michel Pêcheux, Serge Moscovici, “(...) Merani, da Venezuela, Lucien Sève, da França, Israel e Tajfel da Inglaterra, assim como George Politzer, George Herbert Mead, Alexis S. Leontiev e Lev S. Vigotski (...) Lewin, Bleger, Goffman, Malrieu e Sarbin” (MOLÓN, 2001, p. 48), passaram a fazer parte das reflexões e pesquisas. E não por acaso Irai Carone (2007, p. 65) escreve que foi “graças às mudanças implantadas por Silvia Lane, a Escola de Frankfurt (juntamente com outras vertentes do marxismo) ganhou um lugar real e muitas pesquisas avançaram nessa direção”.

Nas investigações de Lane a atualização crítica de teorias e categorias como Atividade, Consciência e Personalidade — tão problematizadas em textos utilizados como referência no Brasil até aquele momento — foi colocada como um desafio para essa “nova” Psicologia Social que se preocupava, sobretudo, com a emancipação social⁹. Isso

8

O destaque dado à influência da professora Silvia Lane na proposição da Psicologia Social Crítica está no fato de a mesma ter participado como figura de destaque nos eventos que marcaram um novo posicionamento teórico-metodológico-político na forma de se fazer Psicologia Social. Obviamente Lane contou com diversos outros teóricos nesse período, entre esses estavam: Wanderley Codo, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Ana Maria Jacó-Vilela, Maria do Carmo Guedes, Antonio da Costa Ciampa, Bader B. Sawaia, Pedrinho Guareschi, Roberto Malufe, Ângela Maria Pires Caniato, Elizabeth de Melo Bomfim, Maria de Fátima Quintal de Freitas entre tantos outros que se fossem citados tornariam extremamente extensa essa nota.

9

A paixão e força de sua proposta pode ser vislumbrada no texto: “Uma Psicologia Social baseada no Materialismo Histórico e Dialético: da emoção ao inconsciente”, apresentado no Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, ocorrido em Gramado/RS, em 1989, quando, a convite de Aroldo Rodrigues, Silvia Lane defende as bases científicas da Psicologia Social Marxista. Essa discussão também é abordada em outro trabalho, onde o foco está na apresentação e efeitos da Psicologia Social Crítica proposta de Silvia Lane (LIMA, CIAMPA & ALMEIDA, 2009).

porque tais categorias, utilizadas de forma ideológica para a administração social, se mostravam problemáticas para entender as políticas de identidade que se tornaram cada vez mais evidentes nos movimentos sociais que se colocavam contra os ditames do Estado e lutavam pelo reconhecimento de suas diferenças.

Obviamente a atualização, (re)apropriação ou tradução — como entende Boaventura de Souza Santos (2007) — dessas teorias e categorias, na perspectiva da Psicologia Social Crítica aqui assinalada não foi uma tarefa de fácil desenvolvimento. No que se refere à categoria Personalidade/Identidade, a tentativa mais promissora e pioneira de produção alternativa para sua compreensão, capaz de se apresentar como crítica das condições desumanas a que estavam submetidos os indivíduos no Brasil, foi a apresentada por Antonio da Costa Ciampa (1977, 1987, 2002), principalmente após sua tese de doutorado, intitulada *A estória do Severino e a história da Severina*, orientada por Sílvia Lane, defendida em 1986 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP e publicada como livro em 1987.

Nesse trabalho, que fora citado por Silvia Lane (1995, p. 69) como sendo um dos mais importantes para a proposição de uma Psicologia Social Crítica — sobretudo por ser a expressão de uma produção crítica frente aos estudos que simplesmente replicavam os resultados da Psicologia Social norte-americana e demonstrou como o singular pode materializar o universal, “desvendando a ideologia da não transformação do ser humano como condição para a não transformação da sociedade” (Lane, 1987, p. 10) —, Ciampa (1987) realiza um estudo onde a estória do Severino (personagem ficcional do poema “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto) e a história da Severina (personagem da vida real), são articuladas para demonstrar como a identidade somente pode ser compreendida como metamorfose humana, concretizada ou não dependendo das condições sociais e históricas dadas.

A estória do Severino e a história da Severina (CIAMPA, 1987) apareceu na época como uma pesquisa que representaria a assunção de uma concepção de identidade que subvertia as teorias importadas e utilizadas no Brasil até então, focadas na ideia de identidade “natural” e/ou essência, em que se pressupõe um desenvolvimento que culmina com sua cristalização, ou seja, uma concepção de identidade estática a qual um indivíduo seria dotado. Em Ciampa a identidade humana é apresentada a partir de uma perspectiva materialista como resultado da relação indivíduo-sociedade, sendo, portanto, resultante de um desenvolvimento dinâmico, em constante metamorfose: “a gente ir se transformando permanentemente” (...) num “esforço de autodeterminação (mesmo que não plenamente concretizada) sem a ilusão de ausência de determinações, pois o ser humano é matéria” (CIAMPA, 1987, p. 144-5). Ciampa inaugura, assim, uma alternativa crítica e política para os estudos da identidade.

De fato, desde a publicação de *A estória do Severino e a história da Severina* em 1987, Ciampa tem desenvolvido e orientado pesquisas de Mestrado e Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUCSP – PSO, enquanto líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Identidade Humana. Nesse grupo de pesquisa, que se reúne semanalmente no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade-Metamorfose – NEPIM — que faz parte da linha de pesquisa Estudo crítico-epistemológico das categorias analíticas da Psicologia Social do PSO/PUCSP —, Ciampa tem se esforçado na sistematização e no aprofundamento da teorização sobre os processos de formação e transformação da identidade humana, nas sociedades contemporâneas, que se dá em contextos atravessados pela dialética regulação/emancipação, tendo orientado produções que incorporaram as categorias de corporeidade (KOLYNIK,

2002), anamorfose (ALMEIDA, 2005) e reconhecimento perverso (LIMA, 2010).

De forma esquemática pode se dizer que os projetos desenvolvidos pelo *Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Identidade Humana* tomam como ponto de partida as ideias de que: a) a constituição do sujeito se dá em e a partir de sua inserção em uma rede de interações mediadas pela linguagem; b) a identidade humana como metamorfose é o processo permanente que se dá ao longo da socialização; c) a individuação, que se dá através da socialização, depende do e está associada ao crescimento da autonomia pessoal; e d) a concretização de uma pretensão identitária de um indivíduo, como expressão de autonomia, pressupõe o seu reconhecimento por outros indivíduos. (LIMA; CIAMPA, 2012, p. 15).

Desdobramentos dos estudos inaugurados por Ciampa e a proposta de pesquisa da identidade e do reconhecimento na perspectiva da Psicologia Social Crítica

Já a guisa das considerações finais desse ensaio, torna-se importante apresentar os desdobramentos dos estudos inaugurados por Ciampa e influência de sua proposta para o desenvolvimento da pesquisa da identidade e do reconhecimento na perspectiva da Psicologia Social Crítica na Universidade Federal do Ceará – UFC, como anunciado no início do texto. A esse respeito é imprescindível dizer que em pesquisa anterior (LIMA, 2010), ao acompanhar o desenvolvimento dos estudos inaugurados por Ciampa e realizar análise histórico-epistemológica dos trabalhos produzidos e orientados nos últimos 21 anos por Ciampa, foi possível perceber que as proposições desenvolvidas por esse pesquisador — articuladas com a teoria habermasiana, a questão do reconhecimento (HONNETH, 2003; FRASER; HONNETH, 2003; FRASER, 2007; TAYLOR, 2005), do cinismo (ŽIŽEK, 2008; SAFATLE, 2008) e pensada empiricamente por meio de narrativas de história de vida de diferentes sujeitos — oferecia elementos potentes para a crítica das instituições e das ideologias, além de proporcionar análises e propostas de intervenções alternativas às tradicionais.

Aliás, a compreensão das políticas de identidade e sua relação intrínseca com as lutas por reconhecimento frente aos diferentes discursos e instituições se mostrou algo relevante e necessário, exigindo que nós pesquisadores realizemos um esforço teórico e analítico frente às diferentes leituras que se propõem a explicitar as confrontações e negociações a que estão sujeitas as identidades em sua formação e (re)apresentação na esfera pública, para que então se evite reproduzir os modelos tradicionais de pesquisa e compreensão das identidades tal como discutimos no início.

Em continuidade às investigações iniciadas por Ciampa, atualizando e agregando novos elementos às suas proposições, desde 2010, com o auxílio e bolsa de produtividade da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, tenho desenvolvido e orientado investigações que tematizam a questão das políticas de reconhecimento da identidade e sua relação com a alteridade, que podem potencializar fragmentos de emancipação, como também tenho problematizado a produção de políticas de identidade que podem manter uma realidade administrada em favor do mercado e sustentar um estado de exceção permanente, tal como as pistas de Adorno e Horkheimer (1985) haviam assinalado nos anos 40 do século passado, e autores contemporâneos como Honneth (2003) e Agamben (2004) têm observado ocorrer.

Esses estudos têm sido realizados no “PARALAXE: Grupo de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica”, grupo de pesquisa que lidero desde 2009, e tenho desenvolvido atualmente no Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade – LAPSUS do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, com a participação de estudantes de graduação, pós-graduação, pesquisadores de outras instituições de ensino superior do Brasil e do exterior e bolsista de Apoio Técnico FUNCAP. As pesquisas têm sido distribuídas em três campos temáticos (chamados de itinerários) que se inter-relacionam de modo indissociável (mudando de acordo com a ênfase dada à questão analisada) e podem ser compreendidos como: itinerário histórico, itinerário teórico e itinerário empírico.

No Itinerário histórico, estão os estudos direcionados para a análise das condições histórico-sociais e a influência das diferentes instituições (dispositivos¹⁰) na constituição e desenvolvimento de sujeitos e grupos. Para tanto temos utilizado a análise documental de Atas, Portarias, Leis, fotos, matérias de jornais e revistas etc. e outras formas de registro (história oral, por exemplo), além de obviamente estudos histórico-críticos e institucionais que possam servir de pano de fundo (*background*) para os demais itinerários.

Organiza-se no Itinerário teórico o desenvolvimento de um arcabouço teórico-metodológico no qual é considerada uma questão central a discussão da identidade e do reconhecimento. Tal discussão se dando em análises sobre o uso problemático da identidade e do reconhecimento, ou ainda em análises críticas dos processos que levam ao impedimento dos projetos de alterização e emancipação. Isso significa que embora permaneçamos filiados principalmente aos escritos frankfurtianos (Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Jürgen Habermas e Axel Honneth) e aos textos da Psicologia Social Crítica brasileira (Silvia Lane, Bader Sawaia, Antonio Ciampa, entre outros), continuamos a acompanhar e estudar diferentes produções contra-hegemônicas oriundas da Filosofia, Sociologia e Ciência Política.

O Itinerário empírico, por sua vez, se refere aos estudos de narrativas. A esse respeito temos trabalhado com a proposta apresentada por Ciampa (1987) e Lima (2010), que identificam o uso da narrativa de história de vida como um instrumento apropriado para obter as informações necessárias para a compreensão de como ocorrem as construções identitárias: as metamorfoses, as anamorfoses, a alteridade e as formas de reconhecimento. Isso porque a narrativa de história de vida nessa perspectiva pode ser assim definida como “o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (QUEIRÓZ, 1988, p. 20), onde é possível verificar como os discursos “tendem a naturalizar-se, a funcionar como verdades definitivas, até que outro discurso os questione e cobre ‘verdadeira’ visão dos estados de coisas” (PRADO, 2005, p. 93).

A escolha por esse tipo de instrumento de pesquisa justifica-se no potencial que as narrativas de história de vida podem oferecer para a compreensão de como a identidade de uma pessoa foi se metamorfoseando ao longo dos anos a partir de uma variedade de influências histórico-sociais. Em trabalho anterior (LIMA, 2010), seu uso mostrou-se capaz de ultrapassar em certa medida a concepção tradicional de História Oral — essa entendida como produção de documentação para pensar a sociedade e produzir conhecimento (MEIHY; HOLANDA, 2007; FREITAS, 2006) —, servindo também como forma de compreender a construção e expressão da subjetividade dos sujeitos e suas lutas por reconhecimento.

Obviamente a separação das pesquisas em itinerários serve apenas para facilitar a organização das investigações de um modo didático e ajudar escolha da perspectiva a ser adotada nas pesquisas pelos estudantes e

10

Utilizamos a concepção de dispositivo, desenvolvida por Foucault e expressada por Giorgio Agamben como: “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc. (...)” (AGAMBEN, 2009, p. 40).

demais pesquisadores. Tal como foi dito anteriormente, embora essas investigações possam focar um dos itinerários, em geral elas tratam inevitavelmente de discutir todos os outros (em segundo plano). A escolha por trabalhar com os itinerários foi desenvolvida e realizada durante o período de meu doutoramento em Psicologia Social na PUCSP onde, além de propor uma leitura crítica do desenvolvimento da concepção de normal e patológico no Brasil e do surgimento das instituições/leis para o “tratamento” de pessoas diagnosticadas como doentes mentais (itinerário histórico), a atualização das proposições de Ciampa (itinerário teórico), identifiquei nas políticas de identidade administradas pela reforma psiquiátrica desenvolvida atualmente no Brasil a persistência de uma racionalidade psiquiátrica manicomial nos diagnósticos de doença mental, configurando uma forma de dominação carismática que denominei como “reconhecimento perverso” (itinerário empírico).

Diante do exposto, penso que tenha ficado claro para o leitor que essa perspectiva, longe de defender uma essência para a identidade ou buscar um significado original para a identidade, resulta na compreensão de que enquanto seres humanos estamos comprometidos com um passado, e, portanto, não somos simples singularidades contingentes auto-criadas *ex nihilo*, e somos submetidos a experiências que nos obrigam a situarmo-nos historicamente. Ao mesmo tempo, isso também significa assumir que devemos identificar e resistir a uma tendência imprudente de transformar essa condição de indeterminação da identidade em um problema ou ainda em uma vantagem para o mercado e para a administração social.

Vale dizer ainda que essa proposta de investigação em Psicologia Social Crítica está alinhada à perspectiva radical assinalada por Parker (1999, 2007), uma vez que não somente se interessa pela crítica do mundo contemporâneo — tomando como elemento central apenas os sintomas e as formas de dominação —, mas além disso, interessa-se por indicar sinais que evidenciam o surgimento e/ou fragmentos de novas formas de pensamento, de criação e resistência social. Em outras palavras, o interesse de investigação nessa perspectiva de Psicologia Social Crítica está para além da preocupação com a identificação da (des)ordem social, com a adaptação do anormal à norma instituída. O interesse está em compreender o desconforto, o inconformismo, a indignação, o sofrimento de indeterminação perante o que existe e teorizar a sua superação, a luta por reconhecimento e emancipação, além de, obviamente, denunciar as formas de opressão individual/coletiva e as práticas de reconhecimento perverso (LIMA, 2010).

A tarefa da pesquisa da identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica consiste precisamente em conceituar e avaliar as condições e alternativas subjetivas e concretas frente ao que está empiricamente dado. Ela deve ser crítica do que existe como desigualdade de oportunidades e do que é produzido como não existente (SANTOS, 2007) e partir do pressuposto de que nossas vivências não esgotam as possibilidades de existência. Deve ser um convite para a inquietação, para o inconformismo, para a subversão do instituído e, sobretudo, para o vislumbre e a criação de alternativas para as alternativas que não tem transformado a nossa sociedade.

Sobre o artigo

Recebido: 29/09/2012

Aceito: 10/11/2012

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: ARGOS, 2009.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, J. A. M. **Sobre a Anamorfose: Identidade e Emancipação na velhice**. 2005, 258f. Tese (Doutor em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTUNES, D. C. **Bullying: Razão instrumental e Preconceito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- BANCHS RODRIGUES, M. A. **Corrientes Teóricas en Psicología Social: Desde la Psicología Social Experimental hasta el Movimiento Construcionista**. Caracas: C. A. de Artes Gráficas, 1997.
- BEM, A. S. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Educ. Soc., Campinas, n. 97, v. 27, p.1137-1157, 2006.
- CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CARONE, I. O papel de Silvia Lane na mudança da Psicologia Social do Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 2, n.19, p.62-66, 2007.
- CIAMPA, A. C. **Identidade Social e suas relações com a ideologia**. 1977, 211f. Dissertação (Mestre em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo: 1977.
- CIAMPA, A. C. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. (Org.). **Uma Psicologia que se interroga: ensaios**. São Paulo: Edicon, 2002, p. 133-144.
- CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: Um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange**. New York, London: Verso, 2003.
- FRASER, N. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Org.). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 113-140.
- FREITAS, S. M. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2003.
- GUZZO, R. S. L. ; LACERDA JR. F. (Org.). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- IBÁÑEZ, T. **Aproximaciones a la psicología social**. Barcelona: Sendai, 1990.
- IÑIGUEZ-RUEDA, L. La Psicología Social como Crítica: continuismo, estabilidad y efervescencias tres décadas después de la “crisis”. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 37, n. 2, p. 221-238, 2003.
- KOLYNIK, H. M. R. **Identidade e Corporeidade: Prolegômenos Para Uma Abordagem Psicossocial**. 2002, 180f. Tese (Doutor em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo: 2002.
- KYRILLOS NETO, F. **Efeitos de circulação do discurso em serviços substitutivos de Saúde Mental: uma perspectiva psicanalítica**. 2007, 210f. Tese (Doutor em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.
- KUHN, T. S. **As estruturas das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LANE, S. T. M. Prefácio. In: CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 9-11.
- LANE, S. T. M. Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético. In: HUTZ, C. S. (Org.). **Anais do II Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1989, p.147-155.
- LANE, S. T. M. Os avanços da Psicologia Social na América Latina. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Org.). **As novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense/ EDUC, 1995, p.67-81.
- LE BON, G. **Psicologia das Massas (1895)**. Lisboa: Esquilo, 2005.
- LIMA, A. F. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2010.
- LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica: Paralaxes do Contemporâneo (no prelo)**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 11-30.
- LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C.; ALMEIDA, J. A. M. Psicologia Social como Psicologia Política? Uma discussão acerca da relação entre teoria, prática e práxis. **Revista Psicologia Política** (Impresso), Minas Gerais, v.9, p. 223-236, 2009.
- MASSIMI, M. **História da Psicologia Brasileira: da época colonial até 1934**. São Paulo: EPU, 1990.
- MEAD, G. H. **Mind, Self, & Society: from the standpoint of a Social Behaviorist** (1934). London: University Chicago Press, 1992.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOLÓN, S. I. A Psicologia Social Abrapsiana: apontamentos históricos. **Interações**, São Paulo, v. 6, n. 12, p.41-68, 2001.
- MONTERO, M. **Introducción a la Psicología Comunitária: Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós, 2011.
- NADER, R. M. **Psicologia e transformação: os caminhos para a prática psi**. 1990, 168f. Tese (Doutor em Psicologia Social) – Programa de Estudos

Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo:1990.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. **Pequenos estudos de psychologia social**. São Paulo: Off. Graphics Monteiro Lobato & C, 1923.

PARKER, I. Critical psychology: critical links. **Annual Review of Critical Psychology**, United Kingdom, n.1, p. 3-18, 1999.

PARKER, I. **Revolution in Psychology: alienation to emancipation**. London: Pluto Press, 2007.

PRADO, J. L. A. O lugar crítico do intelectual: do extrato comunicável ao ato impossível. In: DUNKER, C. I. L.; PRADO, J. L. A. **Žižek crítico: Política e Psicanálise na era do Multiculturalismo**. São Paulo: Hacker Editores, 2005, p. 81-118.

QUEIRÓZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. (Org.). **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice, 1988, p. 15-43.

RAMOS, A. **Loucura e Crime: Questões de Psiquiatria, Medicina Forense e Psychologia Social**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

RODRIGUES, A. A Psicologia Social às vésperas de seu primeiro centenário. In: HUTZ, C. S. (Org.). **Anais do II Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1989, p. 117-136.

RODRIGUES, R. N. **O alienado no direito civil brasileiro: apontamentos medico-legaes ao projecto de código civil**. Bahia: Imprensa Moderna, 1901.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil (1933)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

RODRIGUES, R. N. **As coletividades anormais (1890)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

SAFATLE, V. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SALGADO, P. **Psicologia da Revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SASS, O. Notas sobre a psicologia social e política no Brasil. In: MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. (Org.). **Psicologia Social: articulando saberes e fazeres**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 19-36.

SAWAIA, B. B. Teoria Laneana: a univocidade radical aliada à dialética materialista na criação da Psicologia Social Histórico-Humana. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 2, n.19, p. 81-89, 2007.

SOUZA, R. F. As políticas públicas e a administração identitária de seus usuários: uma análise na perspectiva da psicologia social crítica. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica: Paralaxes do Contemporâneo** (no prelo). Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 167-196.

SOUZA, R. F. **Psicologia e Políticas Públicas de assistência social: práxis emancipatória ou administração social**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: PUCSP, 2012.

TARDE, G. **A opinião e as massas (1901)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TAYLOR, C. **As fontes do Self: A construção da identidade moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ŽIŽEK, S. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.